

Petrobrás quer reajuste de preços a cada 20 dias

Da Redação de Brasília

O ministro da Fazenda, Malton da Nóbrega, recebeu ontem, a pedido do chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), general Ivan de Souza Mendes, uma minuta de protocolo estabelecendo novas regras de reajustes de combustíveis e derivados de petróleo. A principal delas fixa em 20 dias o intervalo entre os aumentos de preços até o final do ano e determina um reajuste imediato entre 25% e 27%.

O protocolo, que deverá ser assinado entre o Ministério da Fazenda e a Petrobrás, foi preparado pela diretoria da empresa e entregue ontem ao general, no Palácio do Planalto, por seu presidente Carlos Sant'Anna. O documento não foi discutido com o presidente interino, deputado Piaz de Andrade (PMDB-CE), nem com o ministro das Minas e Energia, Vicente Filho, a quem a Petrobrás está vinculada.

A decisão de formalizar um protocolo junto ao Ministério da Fazenda com o objetivo de garantir a recuperação dos preços dos derivados produzidos pela Petrobrás — cuja defasagem alegada pela empresa é de 35% — foi tomada na semana passada em reunião de diretoria. Além da elaboração da minuta do protocolo, os diretores também decidiram suspender todos os contratos para aquisição de máquinas, serviços e equipamentos até o final do ano e para a compra de uma plataforma submersível, e uma revisão nos cálculos de todos os contratos em vigor, para serem indenizados.

A principal razão apontada pela diretoria para as medidas tomadas é a falta de recursos para investimentos. A meta de US\$ 2,3 bilhões deste ano foi reprogramada para US\$ 1,6 bilhão — dos quais US\$ 1 bilhão já foram gastos — e a Petrobrás chegou à conclusão de que do jeito que o Ministério da Fazenda reajusta os preços de seus produtos, até esta última meta será inviável.

Ontem, ao entregar o protocolo ao general Ivan de Souza Mendes, Carlos Sant'Anna informou que a produção atual da empresa foi elevada de 628 mil barris/dia para 640 mil barris/dia. Segundo ele, para alcançar a meta parcial de 710 mil barris/dia neste ano, serão necessários reajustes reais nos preços dos produtos da empresa.

A fonte principal de recursos com que conta a Petrobrás para seus investimentos é o preço final dos produtos cobrado aos consumidores. Para garantir esse mecanismo, o custo de produção interno de petróleo — de US\$ 7,00 o barril — é equiparado ao custo do importado — de US\$ 20,00, em média. Como a Petrobrás produz pouco mais da metade do consumo nacional cerca de 25% da receita é destinada aos investimentos. Com o congelamento de preços durante o "choque verbal" e a política de combate à inflação, esses recursos deixaram de entrar no caixa da empresa.

Nas últimas semanas, diversos empresários que dependem das encomendas da Petrobrás passaram a pressionar o ministro da Fazenda, Malton da Nóbrega, com o objetivo de conseguir reajustes de preços capazes de repor a capacidade de investir da empresa. Na semana passada, um desses empresários que teve suspensa a encomenda de uma plataforma procurou o general Ivan de Souza Mendes com o mesmo objetivo. Ontem, foi a vez do próprio presidente da Petrobrás, Carlos Sant'Anna.

O ministro Malton da Nóbrega tem reclamado dessas pressões por ocasião. Ontem, ele foi abordado no por empresários do setor de aerofotogrametria que reclamavam dos cortes nos investimentos da Petrobrás. "Aqui vocês também não do lobby de Petróleo? Não sabem de petróleo? Também no governo, em um país em crise e sem enfrentar problemas e querer um emprego que não existe, quem está no governo e para resolver os problemas e não colocar a culpa nos outros". Há quinze dias, a Comissão de Economia da Câmara dos Deputados patrocinou um exaustivo debate sobre os problemas de falta de recursos para investimentos na Petrobrás. Chegou-se à conclusão preliminar de que a solução não pode cair somente sobre os consumidores. Além de "um programa de

emergência de recuperação nos preços dos derivados", proposto pela Associação dos Engenheiros da Petrobrás, foi sugerido que as distribuidoras passem a pagar à vista os derivados que compram da Petrobrás. Hoje elas têm 31

dias para fazer o pagamento e têm, com isso, um expressivo ganho financeiro que poderia ser revertido aos cofres da Petrobrás. Outra proposta consistia na qualificação dos preços da safra petroquímica nacional nos preços

internacionais. Internamente, a Petrobrás vende a tonelada de nafta a US\$ 100,00, enquanto no mercado internacional o produto custa US\$ 160,00, a tonelada.

O presidente do Conselho Na-

cional do Petróleo (CNP), general Roberto França Domingues, pleiteia junto a Malton "um tratamento diferenciado" para a Petrobrás e defende na Câmara maior elevação no preço do óleo diesel (que hoje é quase a metade

do valor do litro da gasolina), no do gás de cozinha e também uma correção nos preços do Alcool. Segundo cálculos do CNP, o produto está com 75% de defasagem em relação aos custos. (Cesar Borges)

PUBLICIDADE

À OPINIÃO PÚBLICA.

Açúcar e Alcool. Abastecimento do mercado interno.

As entidades abaixo relacionadas, representantes de produtores de cana, açúcar e álcool, vêm dar conhecimento público de considerações reiteradamente apresentadas às autoridades do governo federal:

Intensificam-se as notícias sobre um virtual desabastecimento no mercado interno de açúcar e de álcool. Para avaliar corretamente essa questão é necessário considerar alguns importantes fatos antecedentes que se relacionam intimamente com o problema, tais como:

1. O desabastecimento no mercado de açúcar e de álcool não pode ser explicado unicamente pelo resultado isolado de uma safra. A escassez desses produtos tem origem na estagnação da produção de cana, que se observa desde 1985, consequência da descapitalização progressiva do setor, diante da prática de uma política de preços defasados em relação à realidade de custos. Nas últimas três safras, a produção de cana declinou 4,5%, as produções de açúcar e álcool mantiveram-se constantes graças à melhor produtividade industrial. Por outro lado, no mesmo período, o consumo de açúcar, para mercado interno e externo manteve-se constante e o consumo de álcool cresceu 43%.
2. Na safra anterior 1988/89, o problema apenas se precipitou, quando um erro de planejamento do governo reduziu na autorização para a região norte-nordeste de um volume de produção, tanto de açúcar como de álcool, bem acima de suas reais condições de realização naquela safra. A consequência é que se registrou quebra de 12 milhões de sacas na produção de açúcar, que representam 17% do volume inicialmente autorizado e quebra também de 628 milhões de litros no álcool ou 26% do volume autorizado. O açúcar que deixou de ser produzido destinava-se à exportação e o álcool ao mercado interno.
3. Diante de uma produção de álcool no norte-nordeste, na safra anterior, insuficiente para abastecer o mercado da região, tornou-se imperiosa a transferência do produto fabricado na região centro-sul, num volume que deverá atingir 450 a 500 milhões de litros.
4. Para suprir esse volume, a região centro-sul necessitará concentrar ainda mais a sua produção no álcool, deixando de

produzir açúcar, fato este que, tudo indica, implicará em nova transferência interregional, só que desta vez de açúcar do nordeste para o centro-sul. O custo dessas sucessivas transferências representa pesado ônus para o País.

5. Outro fato atípico que precisa ser considerado é que em época de preços atrativos no mercado internacional de açúcar, registra-se, invariavelmente, um crescimento posterior para o mercado externo, prejudicando o abastecimento de álcool e principalmente o de açúcar no mercado interno, pois a matéria-prima é limitada.

Diante do exposto, é absolutamente necessário que o governo, através do IAA, condicione o produtor do setor ao máximo aproveitamento das condições de produção, cumprindo as autorizações concedidas, com vistas ao atendimento prioritário do mercado interno nacional, nesta e nas próximas safras.

Além do mais, no nosso entendimento, a única forma de se garantir estabilidade no abastecimento dos mercados é conceder preços para a cana, o açúcar e o álcool rigorosamente compatíveis com a realidade de custos. Somente assim haverá condição de se esperar o adequado direcionamento da produção para o atendimento do mercado interno a curtíssimo prazo e a retomada da expansão das lavouras de cana a médio prazo.

Se isso não acontecer, não temos dúvidas em afirmar que, daqui por diante, o desabastecimento no mercado interno de açúcar e de álcool será uma realidade. Infelizmente, permanecendo a atual política de preços para cana, açúcar e álcool, o novo governo da República, a partir de 1990, herdará um problema de solução difícilíssima a curto prazo, a não ser que o Brasil se transforme em importador de açúcar.

ASSOCIAÇÃO DE FORNECEDORES DE CANA DE PERNAMBUCO
ASSOCIAÇÃO DOS PLANTADORES DE CANA DE ALAGOAS - ASPLANA
ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE AÇÚCAR DO PARANÁ - ALCOPAR
ASSOCIAÇÃO DE USINEIROS DE SÃO PAULO - AUISP
COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA,
AÇÚCAR E ALCÓOL DO ESTADO DE SÃO PAULO LTDA. - COPEPUSCAR
ORGANIZAÇÃO DOS PLANTADORES DE CANA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ORPLANA
SINDICATO DA INDÚSTRIA DA FABRICAÇÃO DE AÇÚCAR DO PARANÁ - SIAPAR
SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR NO ESTADO DE SÃO PAULO - SIAESP
SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FABRICAÇÃO DE ALCÓOL DO PARANÁ - SIALPAR
SINDICATO DA INDÚSTRIA DA FABRICAÇÃO DO ALCÓOL
NO ESTADO DE SÃO PAULO - SIFAESP
SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR NO ESTADO DE MINAS GERAIS
SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FABRICAÇÃO DO ALCÓOL
DO ESTADO DE MINAS GERAIS - SIAMIG
SOCIEDADE DE PRODUTORES DE AÇÚCAR E DE ALCÓOL - SOPRAL

Governo ameaça empresas com multa e devassa

Do Secular de Brasília

Qualquer empresa que seguir o exemplo da Coca-Cola, e aumentar preços sem autorização do governo, terá como punição a multa máxima da nova lei da economia popular, sofrerá uma devassa fiscal, além de incorrer em processo criminal. Esta orientação do governo começa a ser aplicada desde ontem a todos os distribuidores de Coca-Cola que infringiram o controle de preços. O superintendente da Sunab, Otairam Cruz, disse que só ontem foram feitas mais de 100 autuações em todo o país.

Segundo o gerente-geral da Associação dos Fabricantes Brasileiros de Coca-Cola, Milton Meireles, a Sunab autoua ontem cerca de dez das 74 empresas representadas pelas multinacionais. As fábricas que foram notificadas pelos fiscais têm agora dez dias para esclarecer os aumentos de

preços acima do autorizado pelo CIP. Só depois desse prazo é que poderiam ser aplicadas eventuais multas. "Se houver multas, vamos nos defender e manteremos os preços atuais a menos que haja uma decisão judicial em contrário", afirmou Meireles.

O Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Cid Heráclito de Queiroz, disse que a "lei é para ser cumprida", lembrando que a Constituição, em três artigos, oficializa o controle de preços, referendado pela medida provisória 60.

O ministro da Fazenda, Malloin da Nóbrega, criticou os empresários que contestam o controle de preços: são pessoas que não querem perder um pouco agora para ganhar mais no futuro, preferindo uma lucratividade momentânea".

A decisão do governo a ações como a da Coca-Cola surgiu em várias áreas. O ministro da

Justiça, Oscar Dias Correa, convocou ontem para a manhã o superintendente da Polícia Federal, Romeu Tuma, para que iniciasse diligências junto com a Sunab e apurasse todas as denúncias de burla ao controle.

O Secretário da Receita Federal, Reinaldo Mustafa, mandou um telex circular a todas as suas unidades para que fosse feita uma devassa fiscal na área do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em todas as empresas autuadas pela Sunab. O ministro da Fazenda determinou que a multa a ser aplicada aos infratores seja a máxima.

O anúncio da Coca-Cola, de que irá recorrer das multas aplicadas pela Sunab por se considerar cumprido a lei é uma prova, segundo Cid Heráclito, de que o problema deveria ser tratado sob esfera judicial, mas no CIP.



O procurador-geral do Ministério da Fazenda, Cid Heráclito de Queiroz, para quem a lei tem que ser cumprida

Em novembro de 87 a Autolatina rompia com o controle de preços

Do Bóxon de Dóxia

No dia 6 de novembro de 1987, a Autolatina (holding que administra as montadoras da Volkswagen e Ford no Brasil e Argentina) rompeu com o sistema de controles de preços do governo e decidiu estabelecer o reajuste de seus automóveis em 25% e dos caminhões em 14% e 21%. A empresa alegou que o último aumento foi de 7,9% para indústrias automobilísticas que tinha sido autorizado pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP) era insuficiente para cobrir a defasagem dos custos de produção. A Autolatina, para

evitar sanções do governo, impetrou mandado de segurança solicitando a concessão de liminar no Supremo Tribunal Federal.

O governo Federal processou nas duas tentativas de suspender a liminar concedida pelo Tribunal Federal de Recursos a Autolatina, que continuou operando com uma tabela de preços diferenciada à determinação do CIP.

O impasse entre a Autolatina e o governo só foi resolvido quatro meses depois, quando o então ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, assinou portaria mantendo o processo do ex-ministro Dilton Pinheiro.



Saver, ex-presidente da Autolatina

Maranhão é o Estado com mais distribuidoras autuadas pela Sunab

Do Secular do Rio

A Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab) autuou quatro-fábrica e onze distribuidoras de Coca-Cola em todo o Brasil por aquecimento ilegal de preços em até 30%. O recorde de autuações foi no Maranhão, onde três fábricas foram autuadas por 112 majorações ilegais. Em São Paulo foram autuadas duas distribuidoras mas a Sunab não divulgou o número de infrações cometidas nem os nomes das empresas autuadas.

Cada infração corresponde a uma possibilidade de multa em

valor entre 500 BTN e 200 mil BTN (ontem, entre cerca de NCZ\$ 800 e NCZ\$ 223 mil). As empresas autuadas tem dez dias para justificar as infrações. Além das empresas do Maranhão e de São Paulo foram autuadas uma fábrica no Pará que cometeu 90 infrações (majorações); uma no Amapá; uma no Mato Grosso (21 infrações). Na terça-feira já haviam sido autuadas duas fábricas no Rio de Janeiro, por 81 infrações. O ministro da Fazenda, Malloin da Nóbrega, quer que sejam aplicadas as multas máximas.

A Sunab constatou ainda majorações ilegais em fábricas da

Coca-Cola do Rio Grande do Norte e do Espírito Santo mas até ontem elas não haviam sido autuadas porque o número de irregularidades estava sendo apurado. Ainda estão sob fiscalização e podem ser autuadas empresas e podem ser autuadas empresas do Acre, Amazonas, Piauí, Bahia, Goiás, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná. Não foi constatada a prática de preços ilegais nos estados do Ceará, Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Sergipe, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Em São Paulo, a fiscalização da Sunab começou a trabalhar ontem no interior do Estado à procura de novas irregularidades.

Acompanhamento - O Tribunal de Contas da União decidiu acompanhar, através de sua representação no Rio, todas as fases de habilitação de empresas e licitação para a construção de quatro plataformas para a Petrobrás.

Autuação - A Sunab de Minas autoua ontem, em Juiz de Fora, a Companhia Mineira de Refrescos, que poderá ser multada em R\$ 22 milhões. Os fiscais constataram também irregularidades na Cia. de Refrescos Uberlândia.

Inquérito - O Banco Central instalou comissão de inquérito para investigar as causas que levaram à intervenção no Banco do Estado do Piauí (BEP) e BEP Crédito Imobiliário. A abertura de inquérito está prevista na lei 6.024/74 do Governo Federal.

Usineiros ameaçam parar produção de açúcar se não houver reajuste

Do correspondente

Os produtores de açúcar da região de Ribeirão Preto (310 km a noroeste de São Paulo) estão ameaçando parar a produção a partir da semana que vem caso o governo não reajuste os preços em pelo menos 30% a partir do dia 15. Os usineiros avaliaram essa possibilidade em reunião, em São Paulo, antecedido no Sindicato do Açúcar e do Alcool.

Segundo o diretor-superintendente da Usina Vale do Rosário, Cleo Junqueira Franco, o governo não está cumprindo o "compromisso formal" assumido em abril pelo ministro

da Fazenda, Malloin da Nóbrega, e Roberto Cardoso Alves, da Indústria e Comércio, de repor uma defasagem de custo de 36% apurada pela Fundação Getúlio Vargas em abril.

Franco disse que o governo se comprometera a repor esta defasagem mais a inflação do período em três parcelas, no primeiro dia de maio, junho e julho, mas tem atrasado a reposição em até 15 dias. "A última parcela não recebemos até agora", disse Franco.

O usineiro afirma que os produtores estão armando com o prejuízo até agora, mas já estão "gastando as últimas reservas".

o que os está fazendo pensar em "dar férias coletivas e parar a produção". Ele afirma que "há três meses os produtores vêm alertando o governo" e que "os fornecedores não têm condições de manter a produção".

Franco afirmou também que a área plantada de cana na região está diminuindo por causa do desestímulo provocado pela política de preços da Sunab. "Isso vai refletir na produção dos próximos anos. Para ele, a falta de açúcar no mercado "deve se acentuar" se o governo não corrigir rapidamente os preços.

Atas, Editais e Avisos

CAIXA
ECONOMICA
FEDERAL

EDITAL
CONCORRÊNCIA N.º 01/89 - CEL/MZ

A Caixa Econômica Federal comunica através do Comissão Especial de Licitação que o reatado para recebimento dos envelopes "Documentação" e "Propostas" para contratação de Empresa para a prestação de serviços do Auditorio Contábil, será realizado no dia 17/07/89 às 15:00 horas no 2.º andar na sala do CPL/MZ - 585 - Quadras 3/4 - Lote 34 - Brasília - DF.

Brasília, 12 de julho de 1989
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
CEL/MZ

GURGEL MOTORES S/A. Cia. Alberto C.G.C. Nº 063.273/0001
0001: ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONVOCADA - Faltam convocados os senhores acionistas de GURGEL MOTORES S/A. e se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 21 de julho de 1989, às 10:00 hrs, no seu endereço social em Brasília, Washington Luís Km 171 na cidade de Rio Claro-SP, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1.ª) Abertura da lista dos acionistas, além de que eles possam e se estabelecerem os termos; 2.ª) Outros assuntos de interesse social. Data: 07 de julho de 1989. XA00 AUGUSTO COELHO DO AMARAL GURGEL Presidente do Conselho de Administração.

mabrasca
12.13.14/07/89

NOVO TEMPO
GOVERNO DE SÃO PAULO

CONVOCAÇÃO GERAL N.º 60527210
PARA FOMENTO DE PASSAGENS NACIONAIS E INTERNACIONAIS EM GERAL E SERVIÇOS AFINS

A COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRO, apresenta as Condições Especiais estabelecidas pelo Convocação Geral N.º 60527210, para fornecimento de passagens nacionais e internacionais em geral e serviços afins.

A empresa interessada poderá adquirir estas Condições Especiais no Rua Luiz Costello, 197 - São Belizário, neste Capital, mediante o pagamento de R\$28.000 (dezenove mil e oitocentas reais), cujas condições mínimas para participação, ter Copiada Social Integralizada, até o dia 20 de agosto para a entrega dos propostas. de NCZ\$ 4.300.000 (quatro mil e quinhentos mil reais).

A empresa interessada que atender as condições mínimas exigidas, deverá apresentar documentação e propostas até às 09:00 horas de cada dia 22 de agosto de 1989, no edifício Metro II, na Rua Luiz Costello, 197, no sobrelaje, neste Capital.

METRO

Falta açúcar em Ribeirão

Do correspondente

Está faltando açúcar cristalizado na região de Ribeirão Preto, que responde por 20% da produção nacional de açúcar e 25% da de álcool. Nas empacotadoras da região, a cota de distribuição foi reduzida em até 50% pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e a falta já começou a afetar a produção das indústrias de balas e doces da região.

O diretor da Soproal (Sociedade dos Produtores de Alcool), Luiz Antônio Ribeiro Pinto, diretor-presidente da Usina Santa Lidia, disse que a produção está afetada e que o consumo está aquecido por causa do baixo preço. Ribeiro Pinto afirma que as usinas estão seguindo o plano de safra estabelecido pelo IAA, que mandou

Falta açúcar em Ribeirão

fazer mais álcool para suprir a falta no comércio da safra.

A produção de açúcar na região de Ribeirão Preto sofreu uma quebra de 49% em relação ao mesmo período do ano passado. E isso o que mostra o balanço que o IAA faz periodicamente junto as 27 usinas da região.

Segundo o IAA, o estoque do açúcar em São Paulo em primeiro de julho era de 2,2 milhões, metade do estoque de segurança, de 3,5 milhões suficiente para o consumo de um mês.

O diretor-superintendente da Usina Vale do Rosário, Cleo Junqueira Franco, disse que a queda na produção era previsível, porque o IAA determinou um aumento na produção de álcool.

Usineiros do PR ameaçam parar

Do Secular de Curitiba

Os 31 usineiros de açúcar e álcool do Paraná decidiram ontem, em assembleia realizada em Maringá (430 km ao norte de Curitiba), aprovar a proposta de paralisação do corte e moagem da cana-de-açúcar cultivada no Estado. Os usineiros reivindicam um reajuste de 70% no preço do produto estabelecido pelo governo federal, como reposição da defasagem acumulada neste primeiro semestre em relação à inflação, disse o presidente da Associação dos Produtores de Açúcar e Alcool do Estado, Ricardo Rezende, 35.

De acordo com ele, a paralisação poderá ocorrer a partir da próxima quarta-feira.

GOVERNO FEDERAL - TUDO PELO SOCIAL
www.fpf.gov.br

Eletrolbras Centros Elétricos Brasileiros SA

Eletronorte
Centros Elétricos do Norte do Brasil SA

AVISO DE EDITAL
CONVOCAÇÃO N.º DT-BRR-004/87

1. A Central Elétrica de Norte do Brasil S/A - ELETRONORTE (empresas que deverão apresentar para a licitação) a ser realizada em 02 de setembro de 1987, com o objetivo de contratação de empresa para a construção de estruturas de aço galvanizado para o sistema de transmissão de energia elétrica de 220KV BRANCO II.
2. O Edital de Licitação estará à disposição das empresas interessadas no período de 13/07/89 às 10:00 hrs, no preço de NCZ\$ 36.000 (trinta e seis mil reais) no seguinte endereço: Centros Elétricos do Norte do Brasil S/A - ELETRONORTE - Superintendente Vândio 3.000 - SCN - Quadra 06 - Conj. A Departamento de Engenharia (SAC) - Brasília-DF, CEP 800-900.
3. A entrega dos Documentos de Habilitação e Proposta será às 08:00 (oito) horas de 12/07/89, na Central Elétrica de Norte do Brasil S/A - ELETRONORTE, no seguinte endereço: Superintendente Vândio 3.000 - SCN - Quadra 06 - Conj. A Departamento de Engenharia (SAC) - Brasília-DF, CEP 800-900.
4. Condições de pagamento: O Edital Social em janeiro de 1989 de no máximo NCZ\$ 90.000.000 (noventa milhões reais). A participação financeira de empresa nacional: (1) Não será permitida a participação de uma empresa estrangeira.

CONSULTE NOSSA CENTRAL DE PUBLICIDADE LEGAL E FINANCEIRA.
FONE: 874-2295

Cai o preço dos carros usados em São Paulo

Do Secular do ABC

Os preços dos automóveis usados caíram entre 9,2% e 13,6% esta semana, em comparação ao início do mês, conforme pesquisa da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrev) divulgada ontem.

Com isto, pela primeira vez desde o Plano Verão, os principais modelos de automóveis seminovos (com menos de um ano de uso) estão custando menos que o preço de tabela do veículo 0km. A pesquisa, feita em 40 revendedoras da Grande São Paulo, pôde ser projetada para todo o país com pequena margem

de erro, conforme nota explicativa de entidade. O presidente da Fenabrev, Alencar Brito, atribuiu essa queda de preços ao que chamou "início de normalização no mercado automobilístico".

A indústria produziu 74.836 automóveis em junho, com um crescimento de 44% em relação ao mês anterior. Deste total, 57.181 unidades foram colocadas no mercado interno, com crescimento de 45,51% em relação a maio. Esses números segundo Brito, estão equilibrando a oferta e demanda. "Com exceção de alguns modelos, o consumidor não espera mais que dez dias para receber o carro", disse.

Siderbrás tem um faturamento de NCZ\$ 863 mi

Do Secular de Belo Horizonte

A Usina Siderúrgica de Minas Gerais (Usiminas) de Ipatinga (MG), do grupo Siderbrás registrou no primeiro semestre deste ano um faturamento bruto de cerca de NCZ\$ 863 milhões com a expedição de 2,1 milhões de toneladas de produtos. Esse resultado contrasta com o obtido em idêntico período do ano de 1988 quando a empresa faturou NCZ\$ 94,5 milhões. De janeiro a junho de 1989 a produção da Usiminas alcançou 2,1 milhões de toneladas de aço líquido, um incremento de 120 mil t em relação aos primeiros seis meses de 1988.